II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

A238
Administração Pública, Meio Ambiente e Tecnologia [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte;

Coordenadores: Valmir César Pozzetti; Lucas Gonçalves da Silva; Pedro Gustavo Gomes Andrade. – Belo Horizonte:Skema Business School, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-273-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br
Tema: Um olhar do Direito sobre a Tecnologia

1. Direito. 2. Inteligência Artificial. 3. Tecnologia. II. Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (1:2021 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

Apresentação

Renovando o compromisso assumido com os pesquisadores de Direito e tecnologia do Brasil, é com grande satisfação que a SKEMA Business School e o CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito apresentam à comunidade científica os 12 livros produzidos a partir dos Grupos de Trabalho do II Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (II CIDIA). As discussões ocorreram em ambiente virtual ao longo dos dias 27 e 28 de maio de 2021, dentro da programação que contou com grandes nomes nacionais e internacionais da área em cinco painéis temáticos e o SKEMA Dialogue, além de 354 inscritos no total. Continuamos a promover aquele que é, pelo segundo ano, o maior evento científico de Direito e Tecnologia do Brasil.

Trata-se de coletânea composta pelos 255 trabalhos aprovados e que atingiram nota mínima de aprovação, sendo que também foram submetidos ao processo denominado double blind peer review (dupla avaliação cega por pares) dentro da plataforma PublicaDireito, que é mantida pelo CONPEDI. Os oito Grupos de Trabalho originais, diante da grande demanda, se transformaram em doze e contaram com a participação de pesquisadores de vinte e um Estados da federação brasileira e do Distrito Federal. São cerca de 1.700 páginas de produção científica relacionadas ao que há de mais novo e relevante em termos de discussão acadêmica sobre a relação da inteligência artificial e da tecnologia com os temas acesso à justiça, Direitos Humanos, proteção de dados, relações de trabalho, Administração Pública, meio ambiente, formas de solução de conflitos, Direito Penal e responsabilidade civil.

Os referidos Grupos de Trabalho contaram, ainda, com a contribuição de 36 proeminentes professoras e professores ligados a renomadas instituições de ensino superior do país, os quais indicaram os caminhos para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos autores. Cada livro desta coletânea foi organizado, preparado e assinado pelos professores que coordenaram cada grupo. Sem dúvida, houve uma troca intensa de saberes e a produção de conhecimento de alto nível foi, mais uma vez, o grande legado do evento.

Neste norte, a coletânea que ora torna-se pública é de inegável valor científico. Pretende-se, com esta publicação, contribuir com a ciência jurídica e fomentar o aprofundamento da relação entre a graduação e a pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais. Fomentou-se, ainda, a formação de novos pesquisadores na seara interdisciplinar entre o Direito e os vários

campos da tecnologia, notadamente o da ciência da informação, haja vista o expressivo número de graduandos que participaram efetivamente, com o devido protagonismo, das atividades.

A SKEMA Business School é entidade francesa sem fins lucrativos, com estrutura multicampi em cinco países de continentes diferentes (França, EUA, China, Brasil e África do Sul) e com três importantes acreditações internacionais (AMBA, EQUIS e AACSB), que demonstram sua vocação para pesquisa de excelência no universo da economia do conhecimento. A SKEMA acredita, mais do que nunca, que um mundo digital necessita de uma abordagem transdisciplinar.

Agradecemos a participação de todos neste grandioso evento e convidamos a comunidade científica a conhecer nossos projetos no campo do Direito e da tecnologia. Já está em funcionamento o projeto Nanodegrees, um conjunto de cursos práticos e avançados, de curta duração, acessíveis aos estudantes tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Em breve, será lançada a pioneira pós-graduação lato sensu de Direito e Inteligência Artificial, com destacados professores da área. A SKEMA estrutura, ainda, um grupo de pesquisa em Direito e Inteligência Artificial e planeja o lançamento de um periódico científico sobre o tema.

Agradecemos ainda a todas as pesquisadoras e pesquisadores pela inestimável contribuição e desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

Belo Horizonte-MG, 09 de junho de 2021.

Profª. Drª. Geneviève Daniele Lucienne Dutrait Poulingue

Reitora – SKEMA Business School - Campus Belo Horizonte

Prof. Dr. Edgar Gastón Jacobs Flores Filho

Coordenador dos Projetos de Direito da SKEMA Business School

A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO APLICATIVO MODA LIVRE

TECHNOLOGY AS AN EFFECTIVE INSTRUMENT TO FIGHT SLAVE LABOR: AN ANALYSIS OF THE FASHION FREE APPLICATION

Helíssia Coimbra de Souza [1]
Océlio de Jesus Carneiro de Morais [2]

Resumo

A temática que permeia a pesquisa observa o histórico-evolutivo do direito do trabalho, sendo este uma garantia humana internalizada na Constituição Federal de 1988 como uma salvaguarda de impacto a toda sociedade. O respeito a metodologia bibliográfica fomenta reflexões a partir de doutrinas referenciais, além do estado da arte exploratório, sendo este centrado no aplicativo Moda Livre. O combate ao trabalho escravo será observado com tom reflexivo, discutindo as bases legais existentes, mas alinhadas estas as políticas engajadoras na disseminação de informações e práticas que inibam outros gravosos ilícitos a dignidade trabalhista.

Palavras-chave: Tecnologia, Trabalho, Moda livre

Abstract/Resumen/Résumé

The theme that permeates the research observes the evolutionary history of labor law, which is a human guarantee internalized in the Federal Constitution of 1988 as a safeguard of impact on the whole society. Respect for bibliographic methodology encourages reflections based on referential doctrines, in addition to the state of the art exploratory, which is centered on the Moda Livre application. The fight against slave labor will be observed with a reflective tone, discussing the existing legalbases, but in line with these, policies that engage in the dissemination of information and practices that inhibit other illicit burdens on labor dignity.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Technology, Work, Fashion free

---

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Direitos Fundamentais, sendo este ofertado pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Pesquisadora em Inteligência Artificial e Direitos Fundamentais pela Liga Acadêmica de Direito do Estado.

[2] Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. Professor de graduação e pós-graduação na Universidade da Amazônia (UNAMA).

INTRODUÇÃO

O ciclo da vida humana tem como marco a identidade e pertencimento através dos meios de trabalho, sendo as evoluções transpostas das pequenas plantações, seguido dos escambos, tendo um terceiro estágio nas indústrias, culminando na contemporaneidade de ambientes mais flexíveis e inovadores de produção.

Os contrastes sociais do Brasil perpassaram estes marcos temporais de labor com a degradante condição de comunidades vulneráveis e pessoas traficadas de outros países para servirem como meio barateado economicamente, além de facilitado dada as fraturas emocionais que estas carregam.

A tese humanista alinhada aos princípios da Constituição Federal de 1988 e Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao trabalho decente, impulsionam a notoriedade das ações tecnológicas no interior do aplicativo Moda Livre para, além de combater o trabalho escravo, educar a sociedade com ferramentas de fácil acesso e em linguagem clara, atuando a coletividade enquanto corresponsável com as autoridades públicas na preservação da dignidade humana no meio ambiente de trabalho.

PROBLEMA DE PESQUISA

No cenário degradante e expansivo de pessoas atuando nos setores da moda em condições desumanas, como as funcionalidades tecnológicas do aplicativo Moda Livre podem otimizar o combate ao trabalho escravo?

OBJETIVO

O histórico brasileiro de firmamento da Constituição Cidadã de 1988, somada esta as bases humanitárias da Consolidação das leis do Trabalho, são estruturadas nesta pesquisa de modo a compreender os impactos da tecnologia no combate ao trabalho escravo. Além da compreensão dos impactos do trabalho degradante no Brasil, busca-se explanar as possibilidades inseridas no aplicativo Moda Livre para educar e estimular a sociedade quanto as responsabilidades coletivas na efetivação das medidas preventivas e repressivas das violações da dignidade dos trabalhadores.

METODOLOGIA

O estado da arte está alinhado as bases metodológicas da pesquisa bibliográfica e exploratória, sendo utilizadas, respectivamente, as doutrinas referenciais do tema no Brasil, analisadas estas com foco no aplicativo Moda Livre enquanto estratégia tecnológica de combate ao trabalho escravo no Brasil.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O trabalho escravo é uma degradante realidade atemporal e transnacional, contudo, sabe-se que as fraturas sociais de países em desenvolvimento propiciam o cenário de exploração barateada e massiva de trabalhadores. No cenário brasileiro tem-se observado o crescente número de desempregos, sendo fechadas 883 mil vagas somente no terceiro trimestre durante a pandemia (INFOMONEY, 2020). As práticas ainda sensíveis relativas ao tráfico de pessoas que chegam de países com grupos criminosos, muitas vezes envolvendo organizações ilícitas transnacionais voltadas a estes fins, tornam-se agravantes da identificação e dissolução dos casos envolvendo indignidade humana nos ambientes de trabalho.

A palavra escravatura inicialmente prevista conforme as condições do meio ambiente de trabalho, na atualidade fora ampliada para abarcar as práticas de intermediação, promoção ou facilitação do recrutamento, bem como, a forma como ocorrem os transportes e alojamentos destas pessoas. Na visão interdisciplinar que alinha o direito penal com a nova economia laboral, está firmado para a realidade presente e de futuras gerações que “as ocupações laborais são parte fundamental da identidade de um ser humano, sendo o indivíduo diminuto em seus valores alguém que trabalhará de modo tormentoso na sua autenticidade.” (JÚNIOR, p. 44, 2019).

A organização Repórter Brasil em parceria com a organização internacional Fashion Revolution vendo obtendo reconhecimento nacional pelas atuações que transcendem o jornalismo investigativo, tornando-se instrumento de colaboração política e social para arquitetura de movimentos legais no combate as condições de trabalho que se assemelhem as de escravo. O aplicativo Moda Livre ao dispor de informações sobre as marcas mais utilizadas pelos consumidores brasileiros, identificando em cada uma o nível de licitude documental referente as auditorias internas, bem como, as práticas realizadas para um meio ambiente de trabalho sadio aos envolvidos, promove “o ideal de que, a forma como a sociedade se organiza e desenvolve-se está relacionada, intimamente, com as formas concebidas para a organização das vias de trabalho” (FILHO, J. C.; FERREIVA, V.; GARCIA, A. M., p. 129, 2019).

O papel de fundamental importância das múltiplas inteligências para o futuro sustentável do trabalho, coibindo práticas degradantes como a escravatura, está centrado na possibilidade de acesso as informações em linguagem clara e sem fronteiras. O aplicativo Moda Livre desenvolvido pela organização Repórter Brasil e impulsionado pela Fashion Revolution expõe as principais notícias referentes ao trabalho em condições degradantes, informando os consumidores sobre as realidades do Brasil conforme as práticas de cada marca. A atuação transnacional de grifes no âmbito da moda acaba por dificultar a escolha consciente e precisa dos clientes, haja vista que o controle das dinâmicas laborais ocorre de modo difuso a realidade de cada país. O desenvolvimento de um aplicativo que mapeia o histórico de valores inerentes as etapas de produção permitem que os clientes ampliem a percepção do que é minimamente aceitável em qualquer âmbito, colaborando na preservação da dignidade humana como um fim em si mesma.

No cenário contemporâneo de capitalismo sustentável, o desenvolvimento de organizações como a Repórter Brasil firma que a economia perde o sentido se não for utilizada como meio de garantia do sustento individual e prospectiva futura para cada nação. As interações entre clientes, terceirizados e diretores vem perpassando o ideal de compartilhamento, sendo os serviços e produtos inseridos de modo funcional as necessidades do dia a dia para "saber quais são os limites da tolerância, não permitindo que uma pessoa ou grupo transforme sua visão de mundo em missão de vida para a humanidade." (DROIT, p. 77, 2017). A governança colaborativa une os setores públicos e privados para somar esforços na construção de uma casa comum, sendo a era tecnológica propulsora das iniciativas como o aplicativo Moda Livre dado o dinamismo presente nas plataformas digitais, permitindo a interação em tempo real e firmamento de dados após verificação da correspondência e relevância destes para com as temáticas tratadas.

A criação de um novo sistema pautado no capitalismo consciente busca compreender que todos os indivíduos são células orgânicas que formam a sociedade, logo, o gerenciamento dos índices de bem-estar em cada ser vão gerar impactos quanto a capacidade de entregar resultados nos ecossistemas laborais. Os direitos humanos são observados com intensidade ao longo da Constituição da República de 1988, sendo a salvaguarda do trabalho tida como um impacto a nível social, e o papel das novas tecnologias de informação e monitoramento consiste em firmar boas práticas cotidianas a partir da seriedade dos dados e engajamento no tema propiciados por uma plataforma desenvolvida com todas as especificidades que o tema da escravatura exige. Os acordos que têm a participação do Brasil são discutidos na atualidade de modo não restrito aos

desvirtuamentos estatais, mas reanalisados quanto as possibilidades de atuação multisetorial dada a compreensão de que a dignidade humana no meio ambiente laboral é de interesse comum.

As amplitudes de trabalho que já vinham sendo observadas no cenário contemporâneo das múltiplas tecnologias, com o advento da crise pandêmica de Covid-19 tornaram-se mais sensíveis pelas vulnerabilidades de certos grupos frente aos privilégios e influências no poder dos socialmente dominantes. A importância de a escravatura nos ambientes de trabalho ser analisada para o dinamismo laboral da atualidade consiste na promoção do senso de que a indignidade não mais se restringe as condições ambientais de labor. A criação de estratégias para análise e gerenciamento de projetos quanto ao ideal humanitário de trabalho decente precisa envolver as plataformas tecnológicas dada a colaboração que estas promovem além-fronteiras, sendo cruciais para o engajamento desarmador de quadrilhas que se inserem no tráfico de pessoas para exploração de mão-de-obra, além da localização de autoridades que desvirtuam suas funções dando amparo a tais ilicitudes visando favorecimentos pessoais.

CONCLUSÃO

As incumbências sociais da atualidade refletem o histórico nacional de gravosas fraturas econômicas, sendo observados contrastes que ainda promovem o domínio massivo de grupos com influência política sobre as comunidades vulneráveis. Os anseios destes grupos fraturados em suas condições não mais podem ser resolvidos com a responsabilidade direcionada aos planejamentos públicos, necessitando que o ideal de casa comum transponha a filosofia de vida e seja efetivado com uma governança consciente dos seus e valores, para assim contribuir com o desenvolvimento sustentável de um estado formado por todos os que nele estão inseridos.

O aplicativo Moda Livre representa a soma de esforços multisetorial do Brasil para a compreensão das formas modernas de escravatura, valendo-se os desenvolvedores e usuários das funcionalidades tecnológicas para ampliar as perspectivas quanto a capacidade de resposta aos casos de indignidade laboral existentes. Os desafios de temáticas como a economia de compartilhamento e capitalismo consciente residem na necessidade de integração dos pilares de tolerância para o sistema de trabalho, e somente após o estabelecimento das bases jurídico-sociais iniciar a transposição no Brasil do labor como sobrevivência para ecossistemas de produção inclusivos aos propósitos de vida que cada colaborador apresenta como importante para o seu bem-estar.

As possibilidades de construção e desenvolvimento de organizações sociais como a Repórter Brasil residem no fato comum da administração pública ser observada como uma grande plataforma multimeios, ou seja, a estruturação política de gerenciamento da máquina pública ocorrer de modo aberto. O acesso à informação de modo amplo permite a formação de opiniões e pluralidade de ideias externadas. O fomento para as inovações que tragam prospectivas de futuro possibilitam o cumprimento da base constitucional quanto a digitalização dos sistemas da máquina pública. A união de bases humanísticas com as revoluções tecnológicas culmina por reduzir custos em áreas não prioritárias, sendo realizado o saneamento das questões mais urgentes em cada estágio do ciclo da vida.

As desigualdades sociais fazem parte da organização histórica da humanidade, contudo, questões complexas como a escravatura não podem ser observadas de modo restrito e provinciano dado o impacto que causam nos índices de bem-estar e desenvolvimento dos indivíduos. O Brasil enquanto nação que apoia projetos importantes no firmamento dos direitos humanos precisa, além da revisão das bases legais que internalizam os preceitos de dignidade da pessoa, promover o ideal de governança aberta a partir das condições decentes de trabalho.

A compreensão de que os ecossistemas grandiosos da sociedade são estabelecidos a partir das possibilidades de cuidado com os microambientes de labor, culmina por otimizar a transposição de ver o trabalho como meio para renda básica, elevando-o como um caminho para a realização dos propósitos individuais, e consequentemente, o alcance de uma gestão pública eficiente e humanizada. O desenvolvimento do Brasil não será restrito a maior participação no dinamismo de poder global, mas ocorrerá de modo fluido e proporcional aos grupos que trabalham para fornecer a cidadania inerente aos produtos e serviços de marcas que, por estarem presentes em uma nação com regras e projetos bem estabelecidos, precisarão adaptar suas culturas internas para atingir os fins de dignidade humana e sustentabilidade das relações brasileiras.

REFERÊNCIAS

DROIT, Roger. **Tolerância**. 1ª ED. São Paulo: Contexto, 2017.

FILHO, J. C.; FERREIVA, V.; GARCIA, A. M. **Direito ao trabalho: reforma trabalhista e temas afins**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

JÚNIOR, Francisco. **Gig economy: aplicabilidade da legislação trabalhista aos vínculos de trabalho da nova economia**. 1ª ed. São Paulo: LTr, 2019.

MODA LIVRE. Disponível em: <https://modalivre.org.br>. Acesso em: 06 fev. 2021.

PREVENÇÃO E REPRESSÃO CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS E ATENÇÃO AS VÍTIMAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm>. Acesso em: 08 fev. 2021.

TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL ATINGE RECORDE NA PANDEMIA. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/taxa-de-desemprego-no-brasil-atinge-recorde-de-146-no-terceiro-trimestre-diz-ibge/>. Acesso em: 02 fev. 2021.